



Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC

Vol. 2 nº 2 (4), agosto-dezembro/2006, p. 127-141

www.emtese.ufsc.br

O velho mundo novo do trabalho: concepção e abordagem em Ulrick Beck e Zygmunt Bauman

Luiz Chaves¹

Resumo

Este artigo tem por finalidade apresentar considerações delineadas por Beck e Bauman sobre o mundo do trabalho, problematizando as concepções e possibilidades apontadas por ambos. A hipótese de partida centra-se no argumento de que as constantes mudanças percebidas no mundo do trabalho, neste momento, ocorrem em decorrência de processos sociais pretéritos e não propriamente em decorrência da vontade dos indivíduos. Entretanto, para se pensar a relação entre o mundo do trabalho e o indivíduo, na pós-modernidade, é imprescindível a leitura histórica dos aspectos sociais, psicológicos e fisiológicos do trabalho.

Palavras-chave: Sociologia. Trabalho. Emprego. Risco.

Abstract

This article aims to present some reflexions of Beck and Bauman on world of labor, discussing the conceptions and the possibilities pointed by each of those authors. The starting hypothesis focuses in the argument that the constant

¹ Doutorando pelo PPGSP- UFSC, mestre em Sociologia Política pela UFSC.

changes perceived in the world of labor at this moment happen due to past societal processes, and not properly due to the will of individuals. However, to think the relationship between world of labor and individual in post-modernity, it is necessary the historical analysis of social, psychological and physiological aspects of labor.

Keywords: Sociology. Labor. Employment. Risk.

1 Introdução

Em 2000, Ulrich Beck publica *The Brave new World of Work* (O Admirável Mundo Novo do Trabalho), uma obra afirmativa e propositiva que captura uma tendência mundial em curso - a flexibilização do trabalho -, indicando uma possível brasilianização do ocidente. Posteriormente, em 2001, Zygmunt Bauman publica *A Modernidade Líquida*, indicando o fim da estabilidade e a concretização do reino da incerteza no mundo do trabalho. Portanto, ambos mostram que, na atualidade, há uma evolução em curso no mundo do trabalho. Nesse sentido, é mister ressaltar que a questão do trabalho, historicamente, e em especial, nos últimos tempos (basicamente a partir da segunda metade do século XX), tem suscitado um intenso debate sociológico. Tal debate intensifica-se, todavia, a partir de 1980, com a publicação da obra *Adeus ao Proletariado*, de André Gorz, que afirma o fim do proletariado industrial, questionando a gênese da evolução do trabalho. Desde este marco, muitos autores entram na discussão, uns concordando com a tese de Gorz, outros discordando dela. A bibliografia sobre o presente e o futuro do trabalho ganha espaço no mundo acadêmico através das análises sociopolíticas de vários autores. Desse modo, Claus Offe, Benjamin Coriatt, Alan Touraine, Jean Lojkine, Fergus Murray, Adam Schaff, Ernest Mandel, Stván Mészáros, Robert Kurz, Alan Bihr, Thomas Gounet, Frank Annunziato, David Harvey, Simon Clarke, Boaventura de Sousa Santos, Richard Sennet, Paul Singer, Ulrich Beck, Zygmunt Bauman, são alguns dos autores que tematizam as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo.

Atualmente, os países de capitalismo avançado e alguns países de economia periférica, como é o caso do Brasil e da Argentina, presenciam profundas mudanças nas relações, nas condições e no mercado de trabalho, alterando substancialmente suas formas de inserção na estrutura produtiva mundial, bem como suas relações internas de representação sindical e política.

O que existe de novo na configuração contemporânea do mundo do trabalho? De antemão, pode-se mencionar o alto desemprego estrutural, o crescimento galopante de atividades laborais em condições precarizadas e a possibilidade de perda da referência socializadora tradicionalmente cultivada pelo trabalho.

No entanto, existem representações que visualizam, nessas *novas relações*, formas dimensionais positivas para a organização social e partem do pressuposto que a

sociedade do trabalho está prestes a atingir seu ponto culminante de sociabilidade. Entretanto, por um lado, Antunes (2000), ao refletir sobre a afirmação e a negação do trabalho na atualidade, lembra que são muitas as formas de fetichização, desde o culto da “sociedade democrática” até a crença na desmercantilização. Por outro, há aqueles que, como Demasi, anunciam o fim da centralidade do trabalho e defendem que este momento é propício para a realização concreta do reino do tempo livre. Para além da consagrada polêmica e dos argumentos teóricos, o que dizer dessa forma de sociabilidade que, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), desemprega mais de um bilhão de pessoas, o equivalente a um terço da força humana economicamente ativa? Antes de verificar tais indagações em Beck e Bauman, é oportuno apresentar o estado da arte empírico dos cenários que fundamentam as reflexões teóricas apresentadas pelos autores, para observar de onde exatamente eles falam.

2 O trabalho na Europa e nos Estados Unidos em breves traços

“Como e por que a Europa se transformou, em um quarto de século, na maior fábrica de desempregados do mundo desenvolvido?”

(Béatrice Majnoni d’Intignano).

“Nos estados Unidos, as Corporações estão eliminando anualmente mais de dois milhões de empregos”

(Jeremy Rifkin).

Recentemente, isto é, a partir dos “trinta anos gloriosos”, período compreendido entre 1945 e 1975, a economia mundial passou por três choques econômicos relacionados ao petróleo. Em 1973 e 1979, os preços aumentaram significativamente, e em 1986, ao contrário, houve o arrefecimento do preço do petróleo, o que fez a economia caminhar progressivamente para a alta recessão. No entendimento de D’Itagnano (1999), o mundo do trabalho europeu passou igualmente por três fases, com consequências subjetivas e econômicas diferentes: em 1990, a reunificação alemã, que provocou uma política de câmbio restritiva ao sistema monetário europeu, alterando drasticamente as relações de trabalho; em 1991, a Guerra do Golfo que, acima da disputa comercial entre Europa e EUA, criou novas barreiras para a circulação de mercadorias; e em 1992, o Tratado de Maastricht, que comprometeu o processo de trabalho na Europa por meio de uma política orçamentária extremamente restritiva.

A demanda por trabalho cresce diariamente, tanto na América do Norte quanto na Europa. Embora ambos os mercados de trabalho se localizem em regiões economicamente prósperas e dominantes, a falta de trabalho na modalidade emprego trouxe implicações sociais profundas e de longo alcance. Mais de 75% da força de trabalho, na maior parte dos países europeus, desempenha funções que são pouco mais do que simples tarefas repetitivas. Nos Estados Unidos, conforme prognóstico, nos próximos anos, mais de 90 milhões de empregos, de uma força de trabalho de 124 milhões de pessoas, estão ameaçados de serem substituídos pelas máquinas (Rifkin, 1999).

Com o ritmo acelerado da automação, as economias européia e norte-americana rapidamente caminham para a era da fábrica sem trabalhadores. Sabe-se, por exemplo, que, entre 1981 e 1991, mais de 1,8 milhão de empregos na área industrial desapareceu nos Estados Unidos. Na Alemanha e em vários países da Europa, os fabricantes vêm demitindo trabalhadores ainda mais rapidamente, eliminando mais de 500 mil empregos em um período de um ano, entre 1992 e 1993 (Germany Fights Back, *Business Week*, 1993, p. 48).

Na década de 1950, 33% de todos os trabalhadores dos EUA estavam empregados no setor industrial. Nos anos de 1960, o número de empregos, nesse setor, caiu para 30%, e na década de 1980, para 20%. Atualmente, menos de 17% da força de trabalho está empregada no setor industrial. Para Drucker (1993), o desemprego continuará em ascensão e a força de trabalho industrial, nos Estados Unidos, adentrará o século XXI, oscilando entre 12 e 10% do total de empregados. Enquanto os trabalhadores industriais europeus e estadunidenses estão sendo excluídos do sistema de emprego formal, muitas análises se apegam à esperança de que os setores de serviços e do trabalho administrativo serão capazes de absorver esses milhões de trabalhadores desempregados.

A contínua escalada do desemprego tem desestruturado o mundo do trabalho global à medida que um número cada vez maior de trabalhadores vem sendo atingido e submetido a trabalhos transitórios, inseguros e precários. Este cenário tem se naturalizado na Europa e também nos Estados Unidos, onde, em 1992, mais de 9,8 milhões de pessoas estavam desempregadas, 6,3 milhões estavam empregadas em meio período e mais de um milhão sentiram-se tão desanimadas que desistiram de procurar emprego. No total, mais de 17 milhões de trabalhadores americanos, ou seja, 13,2% da força de trabalho estavam desempregados ou subempregados em 1992 (U.S. Bureau of Labor Statistics, Current Population Survey, 1993, in Rifkin, 1995).

Os dados empíricos sobre o trabalho nos países desenvolvidos levam na direção do crescente desemprego, podendo-se pensar que, por meio da introdução de tecnologias mais sofisticadas, associadas ao ganho de produtividade, a economia global produzirá cada vez mais bens e serviços, empregando um percentual cada vez menor da força de trabalho disponível, o que pressupõe o surgimento de um mundo sem trabalhadores de longo prazo. Assim sendo,

a maioria dos trabalhadores americanos sente-se totalmente despreparada para lutar contra a enormidade da transição que está ocorrendo. Os atuais avanços tecnológicos e as iniciativas de reestruturação econômica parecem ter se abatido sobre nós sem se fazer anunciar. Subitamente, em todo mundo, homens e mulheres perguntam se existe, para eles, algum papel que possam desempenhar no novo futuro que se abre para a economia global (Rifkin, 1995, p. 13).

A incerteza em relação ao futuro do trabalho aparece como variável central nas análises de Rifkin (1995) sobre o cenário norte americano, enquanto que, na Europa, a insegurança social em relação ao *status quo* do mundo do trabalho surge no centro das angústias dos indivíduos, salienta D'Intignano (1999). Nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), 3,5 milhões de pessoas estavam desempregadas, em 1993, e outras 15 milhões de pessoas desistiram de procurar trabalho ou, contra a sua vontade, aceitaram emprego de meio período². Na América Latina, o desemprego urbano era de 8%, sendo que atualmente pode chegar a 20% em determinadas regiões, como é o caso do Brasil.

para 19 milhões no início do século XXI. O nível de desemprego, na França, está em 11,5%. Na Inglaterra, atingiu 10,4%; na Irlanda, está acima de 17%; na Itália, atingiu 11,1%. Na Bélgica, chega a 11%, bem como na Dinamarca, onde alcança o patamar de 11,3%. Enquanto na Espanha, um dos países de maior crescimento na Europa, um em cada cinco espanhóis está desempregado (Rifkin, 1995, p. 221), os indicadores sociais demonstram que o número de desempregados, na Europa, aumentará

Em meio à saraivada de dados quantitativos apresentados, pode-se identificar o estado da arte dos cenários que, de certo modo, embasam as análises teóricas de Ulrich Beck e Zigmunt Bauman sobre o presente e o futuro de trabalho.

3 Insegurança, risco e libertação: as im(possibilidades) do trabalho em Beck

Beck ordena sua observação sobre o mundo do trabalho a partir da noção de sociedade de risco. O autor mostra-se preocupado com tendências em ascensão na sociedade européia e as maléficas conseqüências de acontecimentos, tais como o alto desemprego e a transição da sociedade do trabalho à sociedade do conhecimento. Para ele, essas mudanças envolvem uma alteração no conteúdo do trabalho, afetando diretamente, em igual proporção, guardadas as suas

² Human Development Report 1993, U.N. Development program. Nova York: Oxford University Press, 1993, p. 35.

especificidades, os chamados primeiro e terceiro mundo, sendo que a metamorfose do trabalho em tempo integral, em termo global, molda estes dois mundos. A sociedade européia e a norte americana são vistas, pelo autor, como palcos futuros da generalização do emprego em trabalho temporário, da insegurança, da descontinuidade e da informalidade.

A “economia política da insegurança” é o ponto de partida de Beck para mostrar como a sociedade do trabalho está se tornando uma sociedade de risco, tendo como referência empírica a situação do trabalho no Brasil, onde o trabalho em tempo integral sofre profundas mudanças, implementadas pelas políticas neoliberais, herdadas de Thatcher e Reagan, e em expansão na maioria dos estados brasileiros. O autor percebe que, na Alemanha, as relações de trabalho caminham a largos passos em direção ao trabalho precário e, ao mesmo tempo, visualiza uma tendência de generalização de ocupações de risco por toda a Europa, como o trabalho de vendedores ambulantes, os trabalhos eventuais e mesmo o trabalho com longa jornada sem carteira assinada. Enquanto isso, nos EUA por meio do chamado milagre dos trabalhos, esta situação encontra-se em evidência. Nesse cenário, Beck (2000) ressalta que, quanto mais as relações, as condições e o mercado de trabalho são “desregulamentados” e “flexibilizados”, mais rapidamente e com mais eficiência a sociedade do trabalho se transforma em sociedade de risco. Dessa forma, a grande característica do trabalhador passa a ser a capacidade de ser “multi-ativo”, uma espécie de “faz tudo sem questionamentos”, de modo que, para a maioria dos indivíduos, a existência básica e o modo de vida são marcados por uma espécie de insegurança endêmica.

A ambivalência aparece como variante importante nas definições de Beck (2003), para quem, na alta modernidade, se pode falar de uma contradição indefinida, pois, ao contrário da sociedade estabelecida pela noção de classe, dividida entre proletariado e burguesia, a ambivalência na “economia política da insegurança” não produz proletário ou burguesia, mas ambos simultaneamente produzem cultura política reivindicativa desmoronando, assim, a imagem da sociedade baseada na noção de cidadão-trabalhador compromissado com uma classe institucionalizada, como existia, por meio dos acordos firmados na chamada Era de Ouro do capitalismo, entre capital, trabalho e governo.

Nesse sentido, o cenário da sociedade do trabalho, no âmbito global, alterou-se rapidamente, aproximando realidades que historicamente se distanciaram. Beck (2000) parece reconhecer as interferências das questões históricas e regionais na formação do trabalho, porém alerta que tais questões, na conjuntura atual da economia política, poderão levar a um processo crescente de homogeneização das características e das formas do trabalho, no qual a ambivalência é a regra em meio a um colosso de formas misturadas. Tecendo duras críticas ao capitalismo, Beck (1995) entende o momento atual do mundo do trabalho como um momento de incerteza.

A análise apresentada pelo autor sobre o capitalismo global, principalmente nos países do ocidente, infere que há uma dissolução dos valores centrais da sociedade do trabalho, bem como a quebra da relação histórica entre capitalismo, Estado de bem-estar e democracia, sustentando que o mundo atual está sob a égide de um capitalismo que não tem outros objetivos senão o lucro, a exclusão social e a desconsideração para com o agente humano produtor de mercadorias. Na visão deste autor, o maior dos objetivos e a grande utopia do capitalismo atual, sustentado pelo neoliberalismo, centra-se na generalização de uma espécie de analfabetismo democrático, bestializando em massa as pessoas. Deste ponto decorre a preocupação de Beck em tentar visualizar como a democracia será possível depois da sociedade do emprego integral. Paradoxalmente pessimista/otimista diante do capitalismo tecnologicamente avançado, o autor parece observar uma luz no final do túnel, ressaltando que aquilo que aparenta ser um colapso final deve, ao contrário, ser convertido em um período fértil para novas idéias e para modelos construtivos de regras, práticas e identidades sociais. Nesse caso, as alterações no mundo do trabalho contêm e devem ser vistas como aberturas de novos caminhos para o Estado, a economia e a sociedade.

No debate sobre o fim da sociedade de trabalho de longa duração, Beck tem polemizado com alguns autores, especialmente os que teorizam o momento atual a partir da noção de “crise”, a exemplo de Gorz e outros citados na introdução deste artigo. Eles julgam que “estamos deixando a sociedade de trabalho sem buscar o esboço de uma nova sociedade”. Diferentemente, Beck (2003) percebe, no próprio processo de destruição da sociedade de trabalho tradicional, um potencial para o surgimento de novas relações sociais, uma vez que, para ele, a antítese da sociedade do trabalho pode levar ao fortalecimento da *sociedade política dos indivíduos*. Embora, nesse caso, a análise refira-se à Europa, Beck vê a sociedade política dos indivíduos como possibilidade diametralmente local e transnacional, formadora da sociedade de cidadãos ativos fora do container do Estado Nacional, capaz de encontrar e desenvolver respostas à individualização, à globalização, ao desemprego crescente e à crise ecológica que, para ele, são grandes questões colocadas à segunda modernidade (*nosso tempo*).

No construto utópico de Beck, o trabalho integral, na modalidade emprego, não tem mais volta. Para ele, as correntes teóricas que defendem essa idéia semeiam falsas esperanças. Entretanto, sua concepção de futuro em relação à sociedade do trabalho põe em perspectiva a homogeneização de uma sociedade que, de modo geral, vai ganhando soberania ao longo do tempo ao experimentar a liberdade política dentro de atividades em redes de trabalho auto-organizadas, não levando a nenhuma nova divisão de classe entre trabalhadores pagos e trabalhadores civis, nem à expulsão de mulheres do trabalho pago ou à precarização de sua dupla jornada de trabalho formal e doméstico. Para ele, os acontecimentos sociais da atualidade reúnem condições favoráveis à constituição de uma sociedade “multi-ativa”, baseada na “libertação” do homem do trabalho circunscrito na modalidade emprego. Desse modo, as chamadas formas inseguras de emprego

integral e de longa duração transformar-se-ão em trabalho múltiplo ou em direito à descontinuidade no trabalho. Contudo, o direito de escolha de horas de trabalho transformar-se-á em direito à soberania sobre o tempo de trabalho e assim, cada pessoa terá condições de planejar sua própria vida, por um período de um ou mais anos, em suas transições entre família, emprego, lazer e envolvimento político, proporcionando o ajustamento entre a liberdade, a segurança e a responsabilidade.

Nos estudos sobre Beck, tem-se a sensação de que ele demonstra estar preocupado em encontrar um ajustamento criativo entre o trabalho e o mundo da vida. Nesse sentido, reforça e justifica suas críticas e refutações às idéias que caminham em direção à não-inexorabilidade do trabalho na modalidade emprego. Daí sua crítica às análises marxistas, pois, segundo este autor, elas tendem a defender o trabalho como última fortaleza, em um esforço de evitar que os grandes debates da segunda modernidade sejam abertos. Se por um lado, Beck (1999/2003) parece reconhecer e assumir a inexorabilidade do modo de produção capitalista, por outro, argumentando criticamente sobre o avanço técnico-científico, globalizado do capitalismo e sobre o crescente aumento da produção com menos trabalho, ressalta, com preocupação, que esse mesmo capitalismo gerador de riqueza em abundância bloqueia com mão-de-ferro iniciativas políticas e comunitárias em relação a um novo modelo de participação social no trabalho e, de modo geral, no mundo da vida. No entanto, essas suas preocupações em relação ao trabalho na primeira e na segunda modernidade partem da noção de encaixe e reencaixe, em que o indivíduo se desliga do estilo de vida caracterizado pelo trabalho de longa duração criado pela sociedade industrial e vai adentrando em um modo de vida no qual os próprios indivíduos devem produzir, encenar e construir suas biografias num contínuo processo de individualização.

Evidenciando a desintegração das certezas construídas pela sociedade industrial, o autor visualiza problemas e possíveis alterações nas relações de trabalho, estabelecidas entre a *work biography* e a constituição de identidade social na segunda modernidade, como se pode perceber no texto a seguir:

Historicamente falando o alto desemprego e o subemprego foi o curso natural, pois por volta de 1800 aproximadamente dois terços da população que trabalhava, as chamadas classes baixas, não tinham fonte de renda segura ou regular. Diaristas provavelmente estavam sem um salário pela metade ou mais de suas vidas de trabalho, e mais de um quinto da população saudável *em condições para o trabalho* (grifo nosso) perambulavam como mendigos e vagabundos se não como ladrões (Beck, 2001, p.11).

Comentando sobre os estudos de historiografia do trabalho, realizados por Ivan Illich, Beck (2003) mostra que o desemprego e o subemprego foram,

historicamente, a regra na sociedade, e ressalta que a revalorização do emprego feita pela burguesia e a disponibilidade do trabalho pago foram os instrumentos-chaves na luta contra a pobreza e para a integração social. Por conseguinte, ele observa que, na *segunda modernidade*, o trabalho surge, na Europa e na América do Norte, como um meio crucial para o estabelecimento do Estado democrático e a afirmação da cidadania, impondo aos indivíduos a forma de marcar posição na sociedade. Conforme o autor,

muito claramente a sociedade no trabalho está alcançando seus limites tecnológicos e ecológicos. Isto coloca novamente um paradoxo que uma vez foi decisivo para o desenvolvimento da sociedade do trabalho: em uma mão, o trabalho é o centro da sociedade em volta do qual tudo e todos giram e tomam sua conduta; na outra mão, tudo é feito para eliminar o máximo possível de trabalho humano, contudo isto destaca e estabelece uma dinâmica na qual a *vita activa*, se não ainda supérflua perde o significado central, tais são os paradoxos da sociedade do trabalho (Beck, 2001, p.18).

Ao evidenciar tais constatações, Beck (2001) direciona seus argumentos no que diz respeito ao trabalho e às relações sociais. Baseando-se no sistema de empregos, o autor verifica que, na contemporaneidade, esta modalidade de trabalho está com seus alicerces centrais abalados, ao mesmo tempo em que vislumbra, neste cenário caótico, uma possibilidade futura de libertação humana, com o provável fim do trabalho de longa duração.

Para perceber e manejar os contornos da insegurança do trabalho contemporâneo e suas conseqüências sociais, Beck (2001) apóia-se em Max Weber, partindo do suposto que, quando a luz dos assuntos de grande valor e dos problemas do mundo se move, os cientistas sociais também devem rever e reabastecer o seu aparelho de conceito.

4 Trabalho e indivíduo no tempo-espço de Bauman: conexões na modernidade líquida

Em suas reflexões sobre as mudanças no mundo do trabalho, Bauman (2000) destaca a metáfora do turista e do vagabundo para ilustrar quem são os heróis e as vítimas do capitalismo flexível, afirmando que a oposição entre os turistas e os vagabundos é a maior, a principal divisão da sociedade pós-moderna, isto é, uma sociedade marcada por um tempo/espço flexível em mutação constante, em que o valor máximo do indivíduo é determinado por sua capacidade de se mover.

Por um lado, os turistas são aqueles que recusam qualquer forma de fixação; movimentam-se porque assim o preferem; saem e chegam em qualquer tempo e

para qualquer espaço para realizarem seus sonhos, suas fantasias, suas necessidades de consumo e seu estilo de vida. Por outro, os vagabundos são os restos do mundo que se dedicarão aos serviços para os turistas.

Bauman recorre às noções de *liquidez* e *contingência* para apreender o trabalho na atualidade. Considerando, em larga medida, a historiografia do trabalho, analisa aspectos da modernidade sólida (sociedade do trabalho industrial) como meio de afirmar o argumento de que o paradigma da obtenção e constituição da segurança social ontológica clássica, via trabalho, não se encaixa mais nos tempos modernos. Para Bauman (2001, p.160),

O “trabalho” assim compreendido era a atividade em que se supunha que a humanidade como um todo estava envolvido por seu destino e natureza, e não por escolha, ao fazer história. E o “trabalho” assim definido era esforço coletivo de que cada membro da espécie humana tinha que participar.

Na modernidade líquida, ao contrário do observável na chamada modernidade sólida, o trabalho e as certezas provenientes do seu *status* tornam-se transitórias e inconsistentes. Esta transição paradigmática está no centro das preocupações do autor. Nesse sentido, para ele, o trabalho passou do universo da constituição da ordem e do controle do futuro ao reino do jogo. Metaforicamente, hoje em dia, a relação do indivíduo com o seu trabalho é semelhante às estratégias de um jogador que busca um modesto objetivo de curto prazo, temendo o insucesso e a perda total das possibilidades de continuar jogando. Desse modo, assim como na análise de Beck, para Bauman, os trabalhadores, órfãos das certezas do trabalho da era do capitalismo industrial, entram na fase da incerteza do trabalho flexível, em que as possibilidades vitalícias se extinguem de maneira irreversível e o trabalho na indústria não é mais garantia de futuro seguro.

Inferindo uma mudança de caráter do trabalho, as análises de Bauman afirmam a perda da centralidade e da eficiência, pois, para ele, o trabalho não pode mais oferecer o eixo seguro para fixar autodefinições, identidades e projetos de vida, da mesma forma que não pode ser concebido *descuidadamente* como fundamento das relações sociais ou como eixo ético da vida industrial. Na modernidade líquida, não se pode esperar que o trabalho “enobreça” e torne os homens “seres humanos melhores”, e raramente alguém é elogiado e admirado por ser trabalhador e possuir emprego. Nesse caso,

a pessoa em **tempos de modernidade líquida** (grifo nosso), é medida e avaliada por sua capacidade de entreter e alegrar, satisfazendo não tanto a vocação ética do produtor e criador quanto a necessidade e desejos estéticos do consumidor que procura sensações e coleciona experiências (Bauman, 2001, p.161).

Direcionando sua base argumentativa por meio de tais reflexões, o autor procura impor sua idéia de desencaixe e incerteza no mundo do trabalho. Embora na mesma perspectiva de Beck, Bauman não trabalha a situação de incerteza como particularmente nova. Para este autor, a vida no trabalho sempre foi cheia de incertezas e o destaque dado ao caráter da incerteza, na modernidade líquida, reside no fato de ela constituir-se numa poderosa força individualizadora, que divide em vez de unir e dismantela com muita organicidade, bem como força o interesse comum, tirando-lhe seu potencial prático. Percebe-se uma nítida preocupação de Bauman com o direcionamento das ansiedades e angústias contemporâneas: ele parece identificar uma certa tendência social no sentido de que elas sejam sofridas e resolvidas pelo indivíduo e não por uma classe unificada. Constatando a perda da capacidade de coesão historicamente atribuída ao trabalho na modalidade emprego de longa duração o autor procura mostrar que, no presente, tal situação se assemelha a um acampamento que se visita por alguns dias e que se pode abandonar a qualquer momento se as vantagens oferecidas não se confirmarem ou forem consideradas insatisfatórias.

Percebendo a concretização de um processo de desengajamento entre trabalho e capital, o autor ressalta a desconexão entre a constituição da vida social e o cotidiano de trabalho. Com essa relação, o autor explicita sua tese, reafirmando que a vida não é mais definida pelo trabalho, e que sua construção defronta-se, hoje, com outras possibilidades para a reprodução social.

A partir dessa análise, constata-se que Bauman, assim como Beck, compartilha a idéia do rompimento entre o binômio capital-trabalho, ao contrário do ocorrido na era das certezas oriundas da atividade fabril. Na modernidade líquida, o trabalho é local e o capital é global, ou seja, o capital torna-se extraterritorial, leve, desembaraçado, invisível e altamente influente na forma e na concepção do trabalho. O alto grau de dependência do trabalho em relação ao capital tem-se traduzido em ausência de regras e flexibilidade.

É importante ressaltar também que, para Bauman, o poder global de barganha dos trabalhadores em relação ao capital sucumbiu, pois o poder de pressão da força de trabalho só poderá ter efeito local, e o local, que independe de qualquer posição política, econômica e geográfica, constitui apenas um meio para a reprodução transitória do capital. Bauman sustenta que, no mundo do desemprego (*modernidade líquida*), não há esperança para o trabalho seguro, ninguém pode razoavelmente supor que está protegido contra a insegurança no trabalho. Consoante o autor,

num mundo em que o futuro é, na melhor das hipóteses, sombrio e nebuloso, porém mais provavelmente cheio de riscos e perigos, colocar-se objetivos distantes, abandonar o interesse privado para aumentar o poder do grupo e sacrificar o presente em nome de uma felicidade futura não

parece uma proposição atraente, ou mesmo razoável (BAUMAN, 2001, p. 187).

A insegurança quanto ao presente e as dúvidas no que diz respeito ao futuro são pontos referenciais para o entendimento sobre a concepção e abordagem de Bauman em relação ao trabalho na atualidade. Nas palavras do autor, “*a incerteza do presente é uma poderosa força individualizadora. Ela divide em vez de unir, e como não há maneira de dizer quem acordará no próximo dia em qual divisão, a idéia de interesse comum fica cada vez mais nebulosa e perde todo valor prático.*” (Bauman, 2000, p. 170).

Não obstante isso, é importante considerar que, se por um lado, para o trabalhador, a insegurança significa precarização, desemprego, subcontratação, terceirização, contratos por tempos determinados e desemprego, por outro, para quem compra, o trabalho, independentemente se de longo ou de curto prazo, resulta em lucro e acumulação de riqueza. De modo que, de fato, essa “nova” configuração percebida no mundo do trabalho transforma também a vida das pessoas, seus valores e seus relacionamentos, porém, parece incapaz de alterar a relação de valor que continua lhe sendo inerente e determinante para a definição de ganhadores e perdedores no jogo da vida pela sobrevivência.

Considerações Finais

Nos anos de 1990, em razão do alto índice do desemprego mundial e do crescente empobrecimento da classe trabalhadora, o debate sobre o fim do trabalho ganha fôlego no campo da sociologia. É neste cenário que Beck e Bauman elaboram suas reflexões sobre a desestruturação do mundo do trabalho, a emergência de novas formas de sociabilidade e suas ligações com processos sociais pretéritos. Em aspecto geral, na sociologia, e em especial, na sociologia política do trabalho, este tema é abordado desde distintos pontos de partida.

Neste conturbado “mundo novo do trabalho”, alguns autores, como Lyotard, Harvey, Haraway e Bauman, denominam este momento de pós-modernidade e modernidade líquida. Outros, como Beck, Giddens e Lash, falam de modernização reflexiva e segunda modernidade, enquanto que Robertson, Featherstone e Urry utilizam o conceito de globalização cultural e, por sua vez, Drucker, Castells e Latour partem da noção de “sociedade do conhecimento e da informação”. Esta constelação conceitual recorrente utilizada para a análise sociológica do trabalho na atualidade reflete a complexidade da sociedade contemporânea.

Na defesa de suas idéias sobre o mundo do trabalho, tanto Beck quanto Bauman partem da certeza sobre o fim do emprego industrial. Ambos destacam o fim da centralidade do trabalho industrial como positivo e necessário, pois, tanto na *modernidade líquida* quanto na *segunda modernidade*, segundo esses autores, os

trabalhadores estão entrando no reino da liberdade, uma vez que se sentem desobrigados das amarras perniciosas do emprego de longa duração. Porém, a questão central parece, extrapolar as projeções sobre a conjuntura da sociedade. A busca de soluções mediatas e imediatas para os problemas sociais passa pelas desconstruções teóricas e práticas sobre a consistente produção da miséria social percebida na atualidade.

O desvelamento e a superação desta dinâmica social que, de um lado, produz cada vez mais massas de indivíduos desempregados, e de outro, concentra cada vez mais a riqueza socialmente produzida, mostra-se como o *nó gordio* da sociologia do nosso tempo. Beck, e de certa forma também Bauman, parte da constatação da existência de um desencaixe entre trabalho e capital. De fato, esta constatação pode oferecer pistas importantes para se apreender a nova morfologia do trabalho, porém, colocá-la como ponto de partida para a liberdade e, sobretudo, para a desalienação social, não reflete a natureza conjuntural da produção mundial da pobreza e da concentração da riqueza, as quais têm alcançado patamares alarmantes. De modo que, analisar as metamorfoses do mundo do trabalho na contemporaneidade, desconsiderando por completo a capacidade de reestruturação das formas sociais de exploração e acumulação, historicamente mantenedoras do sistema capitalista, causa a sensação de uma construção teórica presa às aparências da dinâmica social. Mesmo com todos os acontecimentos e todas as mudanças no caráter social, psicológico e fisiológico do trabalho não é possível pensar em saídas para os problemas sociais a ele relacionados sem considerar a lógica destrutiva e ao mesmo tempo criativa do capital financeirizado. Seguindo este raciocínio, como seriam trabalhados o lucro e a acumulação na sociedade “multi-ativa” de Beck e no repovoamento da Ágora de Bauman? Estas indagações põem em causa a hipótese norteadora deste artigo: a inexorável interferência do velho no novo mundo do trabalho, o que leva a inferir que as mudanças no mundo do trabalho, anunciadas por Beck e Bauman como possibilidades de surgimento do novo com mais vida, liberdade e comunhão, são constatáveis, mas do ponto de vista do capital, na realidade, são conseqüências inevitáveis de um processo de revitalização sistêmica que se iniciou com o chamado processo de reestruturação produtiva, cujo objetivo maior centra-se na maximização do lucro, na acumulação e no desmonte das possibilidades do Estado de bem-estar, ou seja, é a afirmação do triunfo do neoliberalismo sobre o keynesianismo.

Captar como os sujeitos sociais situam-se em meio a essa *reengenharia* social promovida pelo sistema capitalista, sem dúvida, é de grande valia social, e quanto a isso os autores estudados possuem méritos incontestáveis. Entretanto, embora ambos sejam propositivos em relação ao mundo do trabalho e à sociedade, constata-se uma fragilidade determinante em suas análises, pois eles parecem basear-se na situação atual do mundo do trabalho como ponto de partida. Mesmo fazendo referência ao Welfare State e ao Fordismo, a leitura dos dois autores deixa impressão de um presentismo consciente, vale dizer, eles parecem

ter como fato concretizado o fim da história entre trabalhadores e donos dos meios de produção. Esta premissa situa as análises de Beck e de Bauman alheias à eminente e complexa desconstrução do trabalho e à explosão do desemprego estrutural, produtor permanente de pobreza massiva.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4.ed. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1997.
- _____. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6.ed. São Paulo: Boitempo, 2000. (Coleção Mundos do Trabalho).
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, Cap. 4.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1995.
- _____. *Liberdade ou Capitalismo*. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2003.
- _____. *The Brave New World of Work*. Translated by Patrick Camiller. New York: Polity Press, 2000.
- D'Intignano, Béatrice Majnoni. *A Fábrica de Desempregados*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- DRUCKER, Peter. *Postcapitalist society*. Nova Iorque: Harper Collins, 1993.

- GIDDENS, Anthony. *A terceira via e seus críticos*. Tradução Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999 (Biblioteca básica).
- GUIVANT, Júlia S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, abr. 2001, n.16, p. 95-112.
- RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos Empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. Tradução Ruth Gabriela Bahr. Revisão técnica Luiz Carlos Merege. São Paulo: Makron Books, 1995.